

## A ARQUITETURA DA EXCLUSÃO: EPISTEMICÍDIO, REGIMES DE INFORMAÇÃO E MOBILIDADE NA ORDEM RACIAL BRASILEIRA<sup>1</sup>

Fernanda da SILVA<sup>2</sup>; Milene Ribeiro de Souza DIAS<sup>3</sup>

<sup>1</sup> GT 7 - Estudos Críticos em Ciência da Informação

<sup>2</sup> Doutoranda CEPEAD- FACE - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, nandajpro@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda CEPEAD- FACE - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, souza.milena3@gmail.com

### RESUMO

O Brasil foi historicamente estruturado por um pacto racial que naturalizou formas múltiplas de exclusão da população negra, operando nos planos material, simbólico e epistêmico. Esse pacto produziu uma ordem social na qual a desigualdade racial é apresentada como efeito colateral do desenvolvimento, quando, na realidade, constitui um de seus fundamentos históricos. Autores como Nascimento (2016), Césaire (1978), Fanon (2008), Mbembe (2018) e Carneiro (2005) descrevem esse processo por meio das categorias de genocídio, necropolítica e epistemicídio, compreendendo-o como violência difusa que ultrapassa a eliminação física e se manifesta na exclusão escolar, no apagamento da intelectualidade negra e no bloqueio sistemático da mobilidade social. A persistência dessas desigualdades evidencia a necessidade de análises que articulem raça, conhecimento e poder, reconhecendo o papel das instituições na produção e legitimação dos saberes válidos.

O problema que orienta este ensaio consiste em compreender de que modo a exclusão escolar, o epistemicídio e a obstrução da mobilidade social operam como dimensões complementares de uma mesma ordem racial. Parte-se do objetivo de demonstrar que esses processos são sustentados por regimes de informação racializados, que organizam, classificam e legitimam o conhecimento, convertendo a branquitude em norma epistêmica e restringindo a presença negra nos espaços de produção simbólica, memória e poder institucional (Carone & Bento, 2002; Schucman, 2012). Escola, Estado, universidades e organizações são compreendidos como dispositivos interligados que regulam o acesso ao conhecimento, autorizam vozes e silenciam outras, reproduzindo hierarquias raciais consolidadas.

Metodologicamente, o trabalho assume a forma de um ensaio teórico de natureza qualitativa, ancorado na Economia Política da Comunicação e nos Estudos Críticos em Ciência da Informação. O marco teórico articula o pensamento negro, decolonial e antirracista, mobilizando contribuições que analisam colonialismo, racismo estrutural, branquitude, necropolítica e epistemicídio (Munanga, 1996; Kilomba, 2019). A processualidade metodológica consiste na análise crítica dessas categorias, compreendendo o conhecimento como valor socialmente produzido e politicamente regulado, e examinando sua materialização nos currículos escolares, nos mecanismos de legitimação acadêmica e científica e nas práticas organizacionais que condicionam a mobilidade social.

A discussão preliminar indica que a escola brasileira atua como dispositivo de necropolítica simbólica, ao reproduzir currículos eurocentrados e critérios de excelência que desautorizam saberes negros e produzem exclusão material e simbólica (Fanon, 2008; Nascimento, 2016). Observa-se o apagamento de intelectuais negros nos processos de reconhecimento acadêmico e científico, configurando um projeto de eliminação epistêmica que compromete a memória coletiva e a pluralidade do pensamento social (Carneiro, 2005). No campo organizacional, o bloqueio da mobilidade revela-se como estratégia de manutenção da ordem racial, sustentada por discursos meritocráticos e critérios tácitos de competência que funcionam como filtros raciais.

Como resultados esperados, o ensaio aponta que a exclusão escolar, o epistemicídio e a obstrução da mobilidade não são fenômenos isolados, mas elementos interdependentes de regimes de

informação racializados que estruturam a sociedade brasileira. Defende-se que apenas políticas de ação afirmativa, reparações históricas, transformação institucional profunda e valorização da produção intelectual negra podem romper com esses regimes e sustentar um projeto efetivo de justiça cognitiva, equidade social e democratização do conhecimento no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação) – USP, 2005.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Annablume, 2012.